

CONJUNTURA PÓS ELEITORAL 2018



REDE DE DEFESA
E DE RESISTÊNCIA
DEMOCRÁTICA

FATOS EM DESTAQUE NA POLÍTICA

I. SOBRE AS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

01

A eleição para Presidente da República neste tumultuado 2018 teve momentos distintos. Até o episódio da facada em Jair Bolsonaro, sua candidatura demonstrava estar paralisada em intenção de votos ao redor de 20%. A esta altura, a candidatura petista de Fernando Haddad crescia aceleradamente, procurando transferir os votos de Lula, campeão de intenção do eleitorado brasileiro (na marca dos 40%) e amargando uma prisão e o consequente impedimento de registro de sua candidatura;

02

Com o atentado a Bolsonaro, ocorrido em 6 de setembro, sua candidatura recebeu um sopro de vida. Primeiro, porque a comoção gerada fez sua candidatura superar os 25% de intenção de votos rapidamente (em 20 de agosto, Bolsonaro tinha, segundo o IBOPE, 20% de intenção de votos; em 11 de setembro, já alcançava 26% e em 24 do mesmo mês, 28%). Segundo, porque o episódio consolidou sua candidatura como a única capaz de enfrentar o campo à esquerda. Finalmente, por lhe conceder o alibi para se silenciar e não participar de nenhum debate público com seus adversários. Ficou em jejum. Todos sabemos da sua inabilidade retórica e fragilidade programática. Se safar dos debates diminuiu um percalço em sua campanha. Assim, na última semana de campanha do primeiro turno, a candidatura de Bolsonaro continuava a crescer modestamente (ultrapassando a marca dos 35%), mas seu principal adversário, Haddad, estabilizava (em 22%);

03

O fato novo, que daria o impulso final à candidatura de Bolsonaro neste final de primeiro turno, teve lugar na grande campanha de disseminação de “Fake News” em grupos de WhatsApp. Esta inovação nas campanhas políticas deverá marcar os próximos pleitos nacionais. O fato é que esta tática conseguiu superar o teto do anti-petismo (na marca dos 25% a 30% dos eleitores brasileiros) e conseguiu penetrar nas cama-





das mais populares. O intento se deu por uma aliança entre igrejas evangélicas (com alta penetração popular) e esta nova tecnologia de comunicação de natureza privada e comunitária. Esta associação proporcionou a construção, já tentada por Marina Silva em 2010, de uma “Cruzada” ou “Guerra Santa” na reta final do primeiro turno. Tanto que o mote dos últimos dois dias de campanha não foi o anti-petismo, mas os grupos identitários, em especial os homossexuais e feministas, cujas pautas, segundo mensagens disseminadas nesses segmentos sociais, “colocaria a família tradicional em risco”, forçando uma associação direta com comportamentos imorais e inadequados;

04

No final de setembro, pesquisa realizada pelo XP/IPESPE indicava migração de votos de Ciro (71%, equivalente a 8% do total de intenções de voto), de Marina (73%, equivalente a 4% do total de intenções) e de Alckmin (33% dos eleitores, 3% das intenções totais de voto) para o candidato Fernando Haddad. Em 15 de outubro, pesquisa IBOPE indicava que a intenção de votos de Bolsonaro atingia 59% e Haddad atingia 41%, lembrando que Bolsonaro obteve 46% dos votos no primeiro turno e Haddad, 29%, o que demonstra um maior crescimento do candidato petista no segundo turno em relação ao verificado pela candidatura Bolsonaro. Lentamente, Bolsonaro cai, ao longo do segundo turno, deste patamar de 59% para 55% e Haddad sobe de 41% para 45%. Essa mudança, ainda que insuficiente para retirar a vitória final de Bolsonaro, se deu em grande parte graças à descoberta, pelo poder judiciário - e sua reação um tanto quanto tímida -, da campanha de notícias falsas disseminadas nas redes sociais no final do primeiro turno, além da divulgação de financiamento de empresários para gerar esta fraude;

05

O que parece ter ocorrido é que os acontecimentos imprevisíveis que catapultaram a candidatura de Bolsonaro se somaram à fraqueza dos candidatos do campo que se opunha ao candidato da extrema-direita. No campo do centro-esquerda, Haddad e Ciro Gomes – ambos apresentando programas de natureza social-liberal – não possuíam carisma ou histórico suficientes para se equiparar à figura de Lula. Poderiam até fazer frente a Bolsonaro, não fossem o episódio da facada e a campanha de disseminação de Fake News pelos grupos de WhatsApp. Com tais situações inusitadas, os dois candidatos não conseguiram atingir corações e mentes

das populações silenciosas, não organizadas, altamente religiosas e conservadoras no seu ideário (ainda que não tanto em sua prática social concreta);

06 A eleição revelou um país dividido. Haddad venceu na maioria dos municípios brasileiros: o petista venceu em 2.810 municípios, Jair Bolsonaro venceu em 2.760 municípios. Por outro lado, Bolsonaro venceu em 97% das cidades mais ricas, enquanto Haddad venceu em 98% das mais pobres. Entre os mil municípios com os maiores IDH's do país, Bolsonaro venceu em 967, enquanto Haddad conquistou 33. Já nas mil cidades menos desenvolvidas, Haddad ganhou em 975 e Bolsonaro em 25. A campanha lulista, portanto, conseguiu penetrar nos grotões. Nas 500 cidades brasileiras com maior percentual de eleitores até 24 anos, Haddad venceu em 457. Já nas 500 cidades com maior percentual de eleitores acima de 60 anos, Bolsonaro venceu em 382;

07 Jair Bolsonaro se saiu melhor nos Estados com maior eleitorado. Venceu a eleição em 16 Estados, incluindo o Distrito Federal, enquanto Fernando Haddad ficou à frente em 11 unidades da federação (no Nordeste). Ganhou do petista por diferença mínima -- menos de 1 ponto percentual -- apenas no Amazonas e no Amapá, onde obteve 50,5% e 50,2% dos votos válidos. Venceu com uma diferença 16 pontos em Minas Gerais (com 58%), segundo colégio eleitoral do país, representando 10% dos eleitores brasileiros. Mas foi São Paulo, o maior colégio eleitoral do país (com 20% dos eleitores), que garantiu sua vitória: 63% dos votos válidos. Em quatro Estados, Bolsonaro obteve mais de 70% dos votos, chegando a 76% em Santa Catarina e 77% no Acre, seus melhores resultados proporcionais.

08 Assim, houve confronto entre os dois maiores colégios eleitorais regionais do país: Sudeste (o maior, com mais de 43% dos eleitores) e Nordeste (com pouco mais de 26% dos eleitores);



As dificuldades de Bolsonaro, neste momento, são de equacionamento das divergências internas: de um lado, militares nacionalistas, de outro, economistas e empresários ultraliberais. Esta tensão pode ser exacerbada caso a agenda econômica (ultraliberal, já anunciada pelo seu principal assessor da área, o banqueiro Paulo Guedes), próxima à adotada por Michel Temer, for posta em pauta. A frustração do eleitorado menos abastado deverá seguir o caminho da impopularidade que acometeu o governo Dilma Rousseff em 2015 e Michel Temer (que adotaram justamente esta agenda). Bolsonaro precisará enfrentar uma crise econômica e de empregos que, segundo agências internacionais, não deverá ser superada no próximo ano;

Outro ponto de estrangulamento é a rejeição internacional que seu perfil de extrema-direita provocou na Europa e EUA, entre a grande imprensa, governos e grandes empresas.

10

Bolsonaro também se vê agora num lugar incômodo (e pouco comum em sua história política): tornar-se “vidraça”. Os meios de comunicação têm deixado notória a sua inabilidade e o despreparo, seu e de sua equipe, para o exercício do cargo. Declarações suas vêm sendo confrontadas pela opinião pública, demonstrando pouco preparo para o pleno exercício do poder Executivo. Sua inabilidade tem se mostrado cada vez mais evidente. A visita recente de Paulo Guedes à presidência do Senado só fez mostrar que, mantida a toada, a inabilidade será superada apenas pela truculência.

Finalmente, terá que negociar com o Baixo Clero do Congresso Nacional, sua origem parlamentar, que demanda obras e recursos para suas bases eleitorais, pouco se dedicando às agendas nacionais. As demandas pulverizadas e agressivas tomarão muito tempo de negociação, como ocorreu nas gestões anteriores;

12



Este cenário sombrio sugere que seu governo deverá iniciar com pautas “quentes” mais populares, possivelmente da área da segurança pública, exacerbando suas diferenças com o campo progressista e de esquerda e procurando aumentar sua gordura de popularidade para, então, desfechar a agenda econômica;

13

Resta uma palavra sobre o campo progressista. Bolsonaro é a última liderança do campo conservador de viés reacionário. Na verdade, é uma aposta arriscada numa liderança pouco equilibrada e experiente e afeta aos arroubos de extrema-direita. Foram-se os partidos de centro e centro-direita e candidatos “espectaculares”, personalidades sem projeção no cenário político (mas, por isso mesmo, mais fáceis de manipulação). O campo progressista sai derrotado das urnas, mas pode se recompor a partir da agenda econômica ultraliberal (que renderá grande frustração no eleitorado popular) e nos ataques que a vitória de Bolsonaro deve encorajar em grupos paramilitares ou mesmo segmentos reacionários, racistas e sexistas.

14

II. SOBRE AS ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO NACIONAL

Passamos da hegemonia de três partidos no sistema partidário brasileiro (MDB, PT e PSDB), para a pulverização partidária, como se percebe na ilustração apresentada a seguir, sobre a representação partidária no Congresso Nacional:

15





Um dos fenômenos mais importantes foi a ascensão do partido de Bolsonaro, o PSL. O número de candidatos eleitos pelo PSL para as Assembleias Legislativas subiu de 16, em 2014, para 76 nas eleições de 2018. É o 3º partido em número de representantes nas assembleias estaduais. Conseguiu maioria nas assembleias de 4 estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo. Em apenas 5 estados e no Distrito Federal o partido não conseguiu eleger nenhum representante nas assembleias locais.

16

A segunda maior alta é do PRTB: saltou de 10 para 16 deputados;

17

O PT mantém a maior bancada na Câmara Federal e a segunda no Congresso, embora tenha perdido parlamentares em relação à atual legislatura;

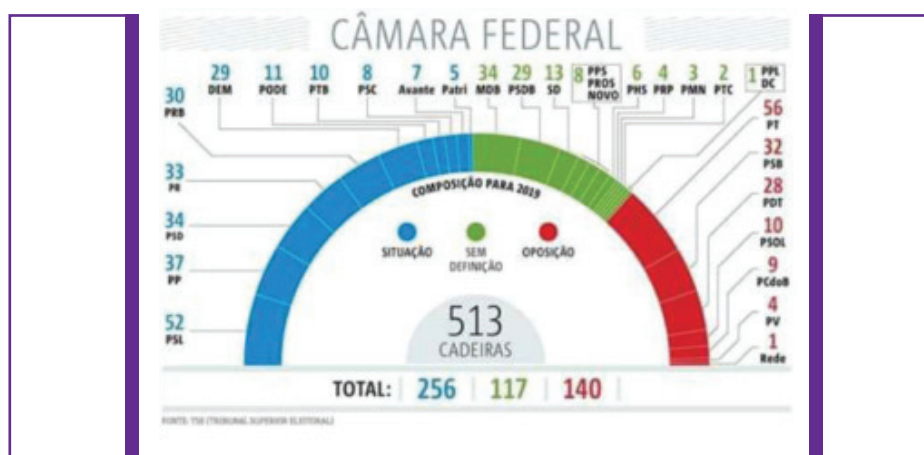
18

O MDB é o que teve a maior queda: de 142 eleitos em 2014, o partido caiu para 93 neste ano, um recuo de 35%, o que demonstra o desgaste da agenda ultraliberal (que reduziu a popularidade da segunda gestão de Dilma Rousseff e gerou recorde de desaprovação da gestão Michel Temer);

19

A Câmara de Deputados, palco institucional das definições políticas mais importantes do país, encontra-se dividida em relação ao governo Bolsonaro: são 256 deputados pró-Bolsonaro, 117 sem definição e 140 contra

20



Foram anunciados 27 nomes que foram nomeados para a equipe de transição de Bolsonaro. O perfil da equipe revela um cunho declaradamente anti-indigenista;

21

Destacam-se: militares formados na Escola das Américas, responsável pela formação dos militares latino-americanos na doutrina de contra insurgência; acadêmicos, alguns vinculados ao Instituto Millenium; Diretores de empresas com passagens em governos de Michel Temer e João Doria; dois irmãos da família Bragança, denunciados pelo MPF por fraude em concurso público na Unifesp; membros do IPEA (ver Anexo com a lista de alguns nomeados e seus currículos)

22

Foram definidas áreas prioritárias da transição, a saber: Desenvolvimento regional; Ciência, tecnologia, inovação e comunicação; Modernização do Estado; Economia e comércio exterior; Educação, cultura e esportes; Justiça, segurança e combate à corrupção; Defesa; Infraestrutura; Produção sustentável, agricultura e meio-ambiente e Saúde e assistência social.

23

A estrutura de governo desenhada terá ao menos 15 ministérios e no máximo 17 ministérios, segundo acertado em reunião da equipe de transição realizada no último dia 30. Hoje, são 29 pastas. Foram apontados os seguintes ministérios:

24

- Casa Civil - Fusão com Secretaria de Governo
- Economia - Fusão de Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços
- Defesa
- Ciência e Tecnologia - Deve assumir Ensino Superior; Comunicações podem sair
- Saúde
- Educação - Fusão com Esportes e Cultura
- Trabalho
- Minas e Energia





- Justiça - Fusão com Segurança Pública
- Integração Nacional - Fusão com Cidades e Turismo
- Transportes - deve ser renomeada para Infraestrutura; pode somar Comunicações
- Gabinete de Segurança Institucional
- Social - Fusão de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
- Relações Exteriores
- Agricultura e Meio ambiente
- Ainda não há definição sobre Secretaria-geral da Presidência; Transparência e Controladoria-Geral e Advocacia-Geral da União.

25

O desenho institucional apresentado recebeu severas críticas de especialistas e grande imprensa, obrigando recuos da nova equipe de governo. Este é o caso da proposta de fusão envolvendo Ministério da Agricultura e Meio Ambiente ou a perda de status ministerial para a pasta do Trabalho. O imbróglio envolvendo o **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE** gerou certo conflito interno na equipe de Bolsonaro. A disputa envolveu os ruralistas linha dura (que demandam a subordinação da pasta ao Ministério da Agricultura) e militares que serviram na Amazônia. Também houve reação negativa de segmentos do agronegócio de exportação. Foi sugerido o nome do pesquisador Evaristo de Miranda, chefe da Embrapa Territorial, como o que poderia ocupar as rédeas da política ambiental do novo governo. Contudo, antes do anúncio de seu nome, previsto para 21 de novembro, Evaristo declinou do convite.

Para a **EDUCAÇÃO**, foram definidas, até o momento, as seguintes prioridades:

26

- Prioridade no Ensino à Distância
- Currículo: Matemática, Ciências e Português, sem doutrinação e sexualização precoce
- Priorizar educação básica e ensino técnico
- Qualificação crescente dos professores
- Revisar conteúdos, desde alfabetização, expurgando ideologia Paulo Freire
- Alterar a BNCC
- Impedir aprovação automática
- Universidades devem gerar avanços técnicos e desenvolver novos produtos a partir de parceria com iniciativa privada
- Fomentar empreendedorismo na universidade
- Evoluir para integração entre universidades públicas e privadas

27 Sobre o ESTATUTO DO DESARMAMENTO, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, admitiu votar este ano a flexibilização do Estatuto do Desarmamento, promessa que ele havia feito há três meses à bancada da bala. A votação do projeto é considerada uma contrapartida de Maia ao eventual apoio do futuro presidente à sua reeleição na presidência da Casa;

28 Sobre SEGURANÇA PÚBLICA, Sérgio Moro, futuro ministro de Justiça e Segurança Pública, em sua primeira entrevista (6 de novembro), afirmou que apresentará ao Congresso Nacional propostas legislativas para combater o crime organizado e esboçou:

- 10 medidas contra a corrupção, elaboradas pela Transparência Internacional e a Fundação Getúlio Vargas;
- Proibição de progressão de regime quando houver ligação com organizações criminosas;
- Controle das comunicações de presos em penitenciárias de segurança máxima;
- Negociação de penas para resolver casos criminais pequenos;
- Policiais disfarçados para descobrir crimes;
- Proteção de denunciante anônimos;
- Modelo de forças tarefas da Lava Jato para além dos esquemas de corrupção, contra o crime organizado;
- Investir em tecnologia, colher o perfil genético dos presos, com criação de bancos de dados;
- Profissionalização do serviço público civil e diagnóstico para analisar cargos de comissão para que esses cargos possam ser substituídos por meio de concursos.



FATOS EM DESTAQUE NA ECONOMIA

Paulo Guedes, futuro comandante da área econômica do novo governo, afirmou que Argentina e o **MERCOSUL** “não são prioridade”. O Mercosul seria “muito restritivo, que o Brasil ficou prisioneiro de alianças ideológicas e isso é ruim para a economia”. Em 2017, as vendas externas do Brasil para a China, Estados Unidos, Argentina, Holanda e Japão somaram US\$ 106 bilhões e responderam por metade dos embarques do País. Segundo o Itamaraty, as trocas no Mercosul se multiplicaram nove vezes entre os sócios fundadores do bloco - de US\$ 4,5 bilhões em 1991 a US\$ 40 bilhões em 2017.

29

Sobre **PRIVATIZAÇÕES**, Paulo Guedes defende privatizações para quitar 20% da dívida pública brasileira. Não vetou Petrobrás ou Banco do Brasil. Nas contas de Guedes, renderia cerca de 800 bilhões de reais (20% da dívida pública federal, calculada em 3,6 trilhões de reais). Hoje são 400 bilhões de reais com juros por ano. Defende a destinação dos recursos poupados com o pagamento da dívida para saúde, segurança e educação, redistribuindo os recursos para Estados e municípios.

30

Defendeu a necessidade de uma simplificação tributária “brutal”, rumo a um imposto único federal.

31

Sobre a **PREVIDÊNCIA**, propõe a criação de um novo regime, baseado em sistema de capitalização. Com a nova Previdência, as empresas não teriam que arcar com encargos e os trabalhadores teriam ativos e capitalização em seus nomes. Segundo Guedes, o custo de transição entre os dois modelos seria bancado pela reforma do velho regime.

32





33 O sistema previdenciário privado implantado no Chile em 1981, durante a ditadura de Augusto Pinochet, citado como exemplo, vive profunda crise. Os trabalhadores dependentes são obrigados a reservar 10% de sua renda mensal para a aposentadoria. As mulheres começam a receber o benefício aos 60 anos e os homens aos 65. O dinheiro é gerenciado por administradoras de fundos de pensões (AFP), que investem essa poupança na bolsa de valores e outras ferramentas financeiras. A principal crítica ao sistema das AFP é que, no momento de se aposentar, o dinheiro que os trabalhadores recebem é muito reduzido e mal dá para viver em um país onde serviços básicos, como saúde e ensino público, vivem uma crise.

34 O país sai de um período de dois anos de profunda recessão, em 2015 e 2016, contando com 7% de queda no PIB e um crescimento de 1% em 2017, estimado em 1,5% para 2018. O desemprego batendo em 12,5 milhões de trabalhadores e 23,3 milhões de pessoas na miséria. Amargando cinco anos seguidos de déficit público, que deve atingir mais de R\$ 140 bilhões em 2018 e calculado em R\$ 139 bilhões para 2019. A taxa de investimento em 2017 na casa dos 15,6%, atingindo, segundo o IBGE, o mais baixo nível dos últimos 20 anos e com mais de 63 milhões de pessoas, segundo SPC, com dívidas atrasadas, atingindo principalmente as famílias mais pobres.

35 Como fazer a economia retomar o crescimento e gerar milhões de empregos? Um caminho fundamental, marca da economia brasileira, é através do investimento público. Mas, como fazê-lo se os déficits têm sido permanentes nos últimos anos e vão se repetir nos próximos? Como contar com o apoio dos Estados se a grande maioria está em grave crise financeira, sendo que São Paulo não dá aumento ao funcionalismo há anos e Minas, Rio e Rio Grande do Sul estão à beira da falência?

36

Uma saída para o Estado voltar a recuperar a sua capacidade de investimento, gerando emprego e renda, seria uma reforma tributária estrutural no sentido de aumentar de forma justa a arrecadação pública. Mas a proposta de Paulo Guedes, que não sabia que o orçamento público de 2019 obrigatoriamente tem que ser aprovado em 2018, é de uma reforma que, em relação ao imposto de renda (que além de ser injusta com a classe média, segundo a Folha de São Paulo), deve gerar um rombo de R\$ 27 bilhões. Outra é a venda de todas as companhias estatais para arrecadar um trilhão de reais. Nesse caso, o problema é que se acredita que vender estatal é dar uma ordem e no outro dia estará vendida. Seria interessante perceber que João Dória, à frente da prefeitura paulistana, não conseguiu vender nenhuma estatal. Também é importante destacar que setores que apoiam o futuro governo, inclusive das forças armadas, não parecem concordar com a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás. O próprio presidente eleito já falou que algumas estatais não serão vendidas.

37

Outra alternativa indicada para melhorar a situação financeira da área federal é a diminuição do número de ministérios. Foram muitas propostas de fusões ministeriais pouco fundamentadas tecnicamente. Além das comentadas anteriormente, vale citar a unificação entre Fazenda e Planejamento, misturando quem planeja com quem gasta quando uma coisa não tem nada a ver com a outra, vide exemplos do EUA e do Japão. Se houver unificação, Paulo Guedes terá que se tornar um Superman como afirma o ex-ministro Mailson da Nóbrega em entrevista publicada no jornal O Estado de São Paulo, dado o número de órgãos, diretorias e Conselhos desse novo superministério.



Outra hipótese seria a cobrança da dívida ativa da União, isto é, cobrar as empresas que não pagaram tributos para o governo federal. O valor dessa dívida hoje é mais de R\$ 1,8 trilhão. Porém, essa medida é inviável politicamente, dado que o novo presidente é devedor dos empresários que o apoiaram. Neste contexto, não se sabe como a área pública exercerá seu papel de potencializar o crescimento da economia.

38

Em relação ao setor privado a situação é de expectativa e incerteza do mercado. Num quadro em que o presidente eleito não sabe ao certo que medidas tomará, os grandes investidores vão aguardar. É necessário destacar que há indicadores macroeconômicos favoráveis, como as reservas internacionais que se encontra em cerca de US\$ 380 bilhões, a inflação sob controle e a taxa de juros em seu nível mais baixo, além de capacidade ociosa na indústria. Esses indicadores seriam favoráveis para um governo que sabe o que quer.

39

Uma das principais questões definidas pelo chamado mercado para a volta dos investimentos é a reforma da previdência. Discutiu-se a possibilidade de retomá-la ainda este ano, mas, dada a sua complexidade e a grande oposição a ela, o governo jogou a toalha e já deixou para o ano que vem. Ainda em relação ao setor privado a declaração do futuro presidente de que cogita diminuir alíquotas alfandegárias na importação de produtos estrangeiros, causou grande descontentamento e recebeu críticas de setores industriais pois estes receiam perder mercado para produtos importados, o que levará problemas para suas empresas e ao aumento do desemprego.

40

Na área internacional o mesmo vai-e-vem acontece e deixa o cenário turvo. A afirmação feita de que o Brasil deverá sair do Acordo de Paris acabou criando uma forte opinião negativa, que pode levar a prejudicar as exportações do agronegócio. Diante dessa repercussão, Bolsonaro afirmou que essa questão ainda não está definida. Em relação à China, o nosso maior parceiro comercial, afirmou que esse país está comprando o Brasil. Anteriormente, Bolsonaro sinalizou em visita a Taiwan, que daria atenção especial a essa ilha que é considerada pelo governo de Pequim como uma província rebelde. A resposta a todas essas questões foi de pesadas críticas do jornal chinês Global Times, porta voz informal

41



das perspectivas políticas de Pequim. Mais adiante, falou em mudar a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém. Com a retaliação do Egito ao suspender reunião de negócios com o atual ministro das Relações Exteriores e com um grupo de empresários, disse que essa questão ainda não está definida, com medo da retaliação dos países árabes, grandes compradores de proteína animal de nosso país.

42 Diante dos indicadores econômicos; da falta de um plano definido; das inconsistentes declarações e retrocessos nas narrativas do novo governo, podemos afirmar que os investimentos estatais em grande parte não ocorrerão, os privados devem ficar em compasso de espera, o crescimento econômico será baixo e o nível de emprego informal pode ter até algum crescimento nossa economia deve enfim andar de lado, com baixo crescimento por um bom tempo.

43 Essa realidade traz uma certeza: a de que o futuro governo deve priorizar como uma de suas bandeiras uma pauta ligada a questões morais, pois essas não exigem investimentos e é o que o futuro presidente mais discorreu em sua campanha. Vai tentar controlar a luta social e defender claramente os interesses do grande capital, do agronegócio, enfim, dos setores que financiaram e deram apoio total à sua eleição.



GRUPOS SOCIAIS SOB AMEAÇA

44 Neste primeiro mês pós-eleitoral teve continuidade o assédio político-ideológico que a campanha de Bolsonaro empregou durante sua campanha. Declarações iniciais, divulgação de vídeos em que o futuro presidente citava técnicos da Fundação João Pinheiro (de Minas Gerais, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento) como desafestos, incentivo à denúncia de alunos e pais contra professores “doutrinadores”, declarações públicas contra governos, os expedientes utilizados foram grosseiros e geraram constrangimentos internacionais.

45 Os anúncios e declarações mais impactantes foram minimizados ou desmentidos após reações públicas negativas. O ambiente criado parece se valer da noção de que nada e tudo são verdades – uma variante da pós-verdade, técnica de controle da narrativa através da determinação do que vale e o que não vale a partir do próprio autor do discurso, quase nunca se relacionando aos fatos que efetivamente ocorreram. O futuro governo naturaliza o assédio moral e político como expressão de força, criando tumulto e temores em meio aos anúncios de reformas que estariam em curso, como a da previdência, privatizações em massa e supressão de direitos.

46 Dois segmentos parecem os mais atingidos pelas ameaças e se constituíram como alvos de grupos oficiosos: população LGBTT e professores. A população LGBTT passou a ser alvo desde o final da campanha do primeiro turno deste ano, identificados como elementos de deterioração da moral familiar. Na sequência à eleição, foi objeto de ação de fundamentalistas religiosos. Há relatos de ataques violentos contra travestis e gays em muitas cidades das regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte. São muitos registros, como o da designer de animação Larissa Alveno, 24 anos, que ao entrar no metrô, foi abordada por um homem que parou na sua frente e gritou, apontando o dedo. “‘Lésbica imunda, sua raça vai acabar, vocês vão morrer’”. Assim como a ameaça sofrida pela antropóloga Luiza Lima, 29 anos, que havia colado dois adesivos em sua mochila (um deles com as cores do arco-íris, símbolo LGBT) e que foi abordada por pessoas que estavam num carro que diminuiu a





velocidade e começou a acompanhá-la. Em determinado momento, o homem que estava sentado ao lado do motorista disse: 'Ei, isso é adesivo de viado, né? A hora de vocês vai chegar, puta'. (Ver <https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/10/10/lgbts-ameacas-homofobia-eleicoes.htm>)

47 A socióloga Ester Solano (Unifesp) anota que em entrevistas recentes (pós-eleitoral) ouviu relatos de medo pelo recrudescimento da violência masculina, ativado pelo discurso machista do eleito, já está causando no ambiente doméstico.

48 Além deste público, de forma não inédita, mas em escala crescente, os professores de forma generalizada, sejam da rede pública ou privada, no ensino fundamental ou médio, estão sendo encurralados pelo discurso dos ativistas da Escola Sem Partido. Durante o segundo turno das eleições, professores de diversos departamentos da Universidade de Brasília (UnB) decidiram cancelar aulas depois que apoiadores do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) convocaram atos em redes sociais para dar início ao que chamam de “caça aos comunistas” – em uma das postagens, diz que “universidade não é lugar de comunista”. Após declarada a eleição de Jair Bolsonaro como o novo presidente da República, a recém-eleita deputada estadual pelo PSL de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo, divulgou, em sua página no Facebook, que por conta própria e arbitrariamente, criou um “canal de denúncias” para que alunos denunciem eventuais manifestações de professores contrários à vitória do candidato da extrema direita. O juiz Giuliano Ziembowicz, da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis, determinou que esta publicação fosse retirada do ar e o Ministério Público de Santa Catarina entrou com ação contra a deputada eleita.

49 Por fim, e talvez os mais vulneráveis, estão as populações indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como os movimentos de agricultores familiares e de sem-terra. Estes segmentos preocupam pelo relativo isolamento físico que naturalmente sofrem, assim como pela ameaça dos grupos de pistoleiros armados pelo setor duro do latifúndio, que gravitam em seu entorno. Como já informado



neste documento, a equipe de transição do novo governo assumiu posições declaradamente anti-indigenistas, em especial, os membros que são militares. Já os sem-terra estão claramente estigmatizados como preferenciais na demonstração de força pelo próprio presidente eleito, que se referiu aos seus líderes como criminosos. Recentemente um dos filhos de Bolsonaro falou em encarceramento em massa de sem terras, numa nítida construção de um ambiente de violência intimidatória. Inclusive, casos de violência policial contra acampamentos estão ocorrendo em diversos estados, mesmo no Nordeste, a revelia dos governadores. A justificativa dos oficiais da polícia é que estão cumprindo ordens judiciais.

50 Na articulação da resistência, um dos mais preparados são os movimentos antirracistas, oprimidos secularmente e com um histórico de resistência mais consistente. Os grupos LGBTTT têm menor articulação. Os professores parecem pouco articulados para essa nova situação de assédio público. Já as mulheres, alvos tradicionais da violência doméstica, íntima, e as feministas, em especial, foram alçadas à condição de inimigo externo da paz social. Lideranças camponesas já são alvo e vão sofrer com a chancela legal à violência que o discurso de Bolsonaro veio naturalizando na campanha.

51 Uma primeira reação, quase imediata, veio de coletivos de advogados e juristas, assim como entidades de representação de professores, orientando a categoria sobre ilegalidades divulgadas e a quem devem recorrer em caso de ameaças ou atos de violência. Em diversos Estados foram criados Observatórios da Violência Política (conceito já consagrado pela ONU), envolvendo polícias militares, corregedorias das PMs, entidades de defesa de direitos, advogados, juízes, deputados, ministério público e defensorias.

52 O uso intenso do conflito moral e cultural parece ser uma das armas discursivas e de estímulo à reação reacionária mais empregadas neste momento. Há, de certa maneira, vínculos com fake News disseminados durante o processo eleitoral, como o “kit gay” inventado por grupos pró-Bolsonaro. Ativistas da Escola Sem Partido procuraram se articular nacionalmente e além de incentivar denúncias anônimas contra professores, envidaram esforços para que várias casas parlamentares votassem projetos de lei neste sentido, a despeito do STF já ter aprovado liminar contra esta proposição por considera-la inconstitucional.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Segundo o analista político Andrew Korybko, o mundo está atualmente no meio de uma grande transição da unipolaridade para a multipolaridade.

53

Para o analista, o mundo Unipolar é caracterizado pela hegemonia predominante dos EUA em uma ampla variedade de esferas, seja exercida diretamente através de iniciativas unilaterais ou indiretamente através de seus parceiros regionais e institucionais. As forças multipolares do mundo estão trabalhando para substituir a ordem internacional liderada pelos EUA por uma matriz diversificada de múltiplas partes interessadas, através da “reforma progressiva de instituições internacionais como a ONU, FMI, Banco Mundial e outras, bem como criar suas próprias contrapartes para alguns deles, como o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS” ou formando “organizações inteiramente novas como a Shanghai Cooperation Organization (SCO)”. Também merecem atenção as movimentações para a consolidação da Shanghai Pact, uma aliança política, econômica e de segurança da Eurásia, cuja criação foi anunciada em 15 de junho de 2001 em Xangai, China pelos líderes da China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão.

Uma das propostas mais recentes tem sido ampliar o formato dos BRICS através do que agora é chamado de estratégia “BRICS-Plus”, que busca essencialmente que cada um dos cinco Estados membros encoraje a cooperação multilateral entre as respectivas organizações de integração regional, incentivando o Mercosul, a SADC (Southern African Development Community), a União Econômica Eurasiática, a SCO, a SAARC (South Asian Association for Regional Cooperation) e a ASEAN (Association of Southeast Asian Nations) cooperem mutuamente para modificar a ordem mundial.

55





56 No entanto, aponta o autor, não é suficiente apenas reformar e substituir certas instituições, vez que a base subjacente do controle americano sobre o mundo se dá através de meios econômicos, impostos pelos militares. Por outro lado, os EUA não conseguem atacar diretamente rivais como a Rússia e a China sem sofrer danos inaceitáveis através de um contra-ataque nuclear, e “por isso Washington está pressionando para construir instalações antimísseis em toda a Eurásia.”

57 Isso explica a corrida naval em andamento em todo o mundo, à medida que os EUA buscam garantir seu domínio em alto mar em face da crescente concorrência da Rússia, China e outros. O oceano global é importante por se relacionar com a base econômica do domínio americano sobre o mundo. A China depende das vias navegáveis internacionais para a grande maioria do seu comércio, o que a torna excessivamente vulnerável a qualquer esforço dos EUA para bloquear certos pontos de estrangulamento, como o Estreito de Malaca e o Canal de Suez.

58 Entendendo as súbitas consequências que qualquer ação militar hostil poderia infligir para a sua estabilidade socioeconômica, a China previu a necessidade de criar as rotas comerciais transcontinentais até seus parceiros europeus, assim como proteger suas Linhas de Comunicação Marítimas (SLOC/Sea Lines Of Communication) existentes e expandir o seu acesso à crescente economia da África. Conseguindo impulsionar os mercados africanos, a China espera que estes países possam criar demanda para sua superprodução industrial.

59 O estratagema acima explica a essência da visão global da One Belt One Road (OBOR) da conectividade das Novas Rotas da Seda (New Silk Roads), projetada para transformar as redes comerciais mundiais de modo a facilitar a transição de uma ordem internacional Unipolar liderada pelos americanos para uma Multipolar e diversificada, protegida por um número maior de grandes potências. No entanto, este é o modelo que se opõe como maior ameaça à sua hegemonia mundial, levando os EUA “a se engajar nas Guerras Híbridas centradas nos estados geoestratégicos ao longo desses corredores, para perturbar, controlar ou influenciar, buscando remover seu impacto num mundo Multipolar.”

60 Para essa finalidade, os EUA utilizam a guerra de informações e ONGs para exacerbar as falhas já existentes no país visado (ou às vezes projetar falhas completamente novas), após o que emprega seus parceiros regionais para canalizar armas, apoio material e tecnológico ao incipiente movimento antigovernamental, fortalecendo o interesse comum afim de que a iniciativa de desestabilização tenha sucesso. Quer se trate de ajustes do regime (concessões políticas), mudança de regime (mudança de liderança) ou reinício do regime (reforma político-constitucional total), os EUA desejam um resultado que lhe proporcione a capacidade de interferir ou bloquear as Novas Rotas da Seda que a China vem construindo em todo o mundo.

61 Esse processo de bloqueio pode ser provocado por uma Revolução Colorida (nos moldes da Ucrânia), uma Guerra Não Convencional, ou uma transição gradual entre qualquer uma delas, ambas as quais podem terminar em uma intervenção militar multilateral direta, nos moldes da Guerra da Líbia em 2011.

62 Os estados que são mais vulneráveis a guerras híbridas provocadas externamente em nível nacional são, de leste a oeste: Tailândia, Mianmar, Etiópia, Quênia, República da Macedônia, República Democrática do Congo (RDC), Zâmbia, Nigéria, Bolívia e Nicarágua.

63 A tendência predominante é que o Grande Coração da Eurásia (Oriente Médio, Ásia Central e Sul da Ásia) estará mais diretamente ameaçado por instabilidades subnacionais e transnacionais, enquanto o restante dos estados de trânsito em todo o mundo corre maior risco de ameaças estritamente internas.



Segundo o autor, a melhor maneira da emergente Ordem Mundial Multipolar enfrentar essas inúmeras ameaças de guerra é através da implementação de medidas proativas no fortalecimento de sua segurança democrática – a segurança democrática Individual, enquanto nação, assim como a segurança democrática coletiva, enquanto grupos de nações ou blocos. Tal sistema integraria medidas militares convencionais, mas também econômicas, informacionais e até mesmo ideológicas. A cooperação internacional por meio de instituições multipolares, como o BRICS, a SCO Shanghai Cooperation Organisation e, em grande medida, a maior parte do G20, permitiria um progresso nesta direção.

64



Anexo

01

CURRÍCULO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE BOLSONARO

Onyx Lorenzoni

Deputado do DEM-RS e futuro ministro da Casa Civil. Veterinário. Fez parte, em 2003, do bloco parlamentar que enfrentou, na Câmara dos Deputados, a campanha desarmamentista. Foi líder do PFL nesta casa parlamentar em 2007.

Paulo Guedes

PHD pela Universidade de Chicago, um dos fundadores do banco Pactual. Futuro Ministro da Economia.

Augusto Heleno

General da reserva. Futuro ministro da Defesa. Foi o primeiro comandante da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, entre 2004 e 2005. No final do segundo governo Lula, foi comandante militar da Amazônia e se opôs à política indigenista do governo. Em Brasília, chefiou o Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx). Formado na WHINSEC, a “renovação” da Escola das Américas, responsável pela formação dos militares latinoamericanos na doutrina de contra insurgência que mais tarde se tornaram famosos nas ditaduras latinas.

Marcos Pontes

Futuro ministro de Ciência e Tecnologia. Astronauta. Foi candidato a deputado federal pelo PSB de São Paulo, em 2014, e não se elegeu. Se transferiu para o PSL e foi cogitado a compor a chapa com Bolsonaro como vice. Acabou eleito deputado federal neste ano.

Luciano Irineu De Castro Filho

Engenheiro Eletrônico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (1995), mestrado em Economia Matemática pelo Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (2001) e doutorado em Matemática pelo Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (2004).

Paulo Antônio Spencer Uebel

Diretor na Webforce Venture Capital. Foi Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias da Prefeitura de São Paulo (governo Dória).

Gustavo Bebianno Rocha

Advogado, ex-presidente do PSL. Comandou a agenda pessoal de Bolsonaro durante a campanha. Foi ele quem articulou a ida de Bolsonaro para o PSL.





Arthur Bragança
De Vasconcellos Weintraub
É formado em direito pela USP. Especializado em previdência com 14 livros publicados.

Gulliem Charles
Bezerra Lemos
Coordenou campanha de Bolsonaro no Nordeste. Em 2011, foi condenado em primeira instância a um ano de prisão em regime aberto por estelionato. O processo prescreveu antes do novo julgamento. Foi alvo de três acusações de violência doméstica entre 2013 e 2016. Uma delas, movida por sua irmã, que ainda está em curso.

Roberto Da Cunha
Castello Branco
Roberto Castello Branco - Doutor em economia pela FGV e pós doutorado na mesma área pela Universidade de Chicago. Foi professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), Presidente Executivo do IBMEC, diretor do Banco Central, Economista chefe da Vale do Rio Doce.

Luiz Tadeu Vilela Blumm
Tenente-Coronel e Comandante Operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Carlos Von Doellinger
Economista do IPEA. Co-autor, com Leonardo Cavalcanti, do livro “Empresas multinacionais na indústria

brasileira”, em que sustenta a importância dessas empresas para o desenvolvimento nacional por se concentrarem em setores econômicos tecnologicamente mais sofisticados. Contudo, destaca que a realização de seu lucro constitui um custo social para o país, além de outros custos, tais como: a) preferência a fontes de suprimento de matérias-primas e equipamentos pertencentes ao próprio grupo; b) limitação de exportações quando estas possam competir com produtos similares da casa matriz; c) transferência de tecnologia geralmente inadequada; d) neutralização das políticas econômicas governamentais; e) estratégia do “preço de transferência” para remeter lucros disfarçados; e f) aquisição de empresas nacionais existentes ao invés de criar novas empresas.

Bruno Eustáquio
Ferreira Castro De Carvalho
PhD em Sistema e Gestão pela Universidade de Lisboa e Doutor em Engenharia Civil pela UnB (Co-tutela). Especialista em Avaliação Socioeconômica pela ENAP. Mestre em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos pela UnB. Mestre em Engenharia Civil pela Universidade do Porto. Engenheiro Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi assessor na Secretária Executiva e na Secretaria de Recursos



Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Foi assessor no Ministério da Integração Nacional no processo de reestruturação do CENAD. Assessor na Secretaria de Assuntos Estratégicos da PR com coordenação de projetos na área de infraestrutura. Foi chefe de Gabinete na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da SAE/PR.

Antônio Flávio Testa

Sociólogo da UnB. Já compunha equipe de estratégia da campanha de Bolsonaro, orientando sobre questões territoriais e indígenas.

Carlos Alexandre Jorge Da Costa

Carlos da Costa - Foi diretor de planejamento, crédito e tecnologia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Antes disso, presidiu o Instituto de Performance e Liderança, foi executivo residente no JP Morgan e sócio-diretor do Ibmecc Educacional. Atuou como consultor em empresas e programas de governo, em especial nas áreas relacionadas a desenvolvimento, produtividade e mercado de capitais. Mestre e PHD pela UCLA, economista pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É cotado para ocupar a presidência do BNDES ou assumir uma das secretarias econômicas que deverão ficar sob o guarda-chuva do

ministério da Economia de Paulo Guedes

Waldemar Gonçalves Ortunho Junior

Coronel reformado do Exército. Durante a campanha, foi responsável articulou um grupo de militares que discutiam segurança, saúde e meio ambiente, entre outros temas.

Abraham Bragança De Vasconcellos Weintraub

Trabalhou na iniciativa privada, no Banco Votorantim por 18 anos onde foi economista-chefe e diretor.

Jonathas Assunção Salvador Nery De Castro

Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (governo Temer), UDF Centro Universitário. Foi da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Alexandre Xavier Ywata De Carvalho

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho é Engenheiro Mecânico-Aeronáutico pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), possui Especialização em Engenharia de Armamento Aéreo pelo ITA, é Mestre em Estatística pela Universidade de Brasília (UnB) e é PhD em Estatística pela Northwestern Universi-



ty, Evanston, Illinois, EUA. É pesquisador sênior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, localizado em Brasília, desde 1996. Atualmente, está lotado no International Policy Center (IPC/UNEP). É professor das disciplinas de econometria e pesquisador no Centro de Estudos em Regulação de Mercados da Universidade de Brasília (CERME/UnB), desde 2008. Foi Coordenador Geral de Estudos Regionais e Urbanos, no Ipea, de 2005 a 2007.

Pablo Antônio Fernando Tatim Dos Santos

Pastor e Secretário-executivo da secretaria-geral da presidência da república (governo Temer)

Waldery Rodrigues Junior

Doutor em economia, tem graduação em engenharia pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Fez mestrado em economia na Universidade de Michigan e doutorado pela Universidade de Brasília. É coordenador-geral na Secretaria de Política Econômica (SPE)

Adolfo Sachsida

Doutor em economia pela Universidade de Brasília e pós-doutor pela Universidade do Alabama. É pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Tem vários artigos publicados na área econômica. Adolfo é filiado ao DEM e

já tentou se eleger deputado federal pelo DF.

Marcos Cintra Cavalcanti De Albuquerque

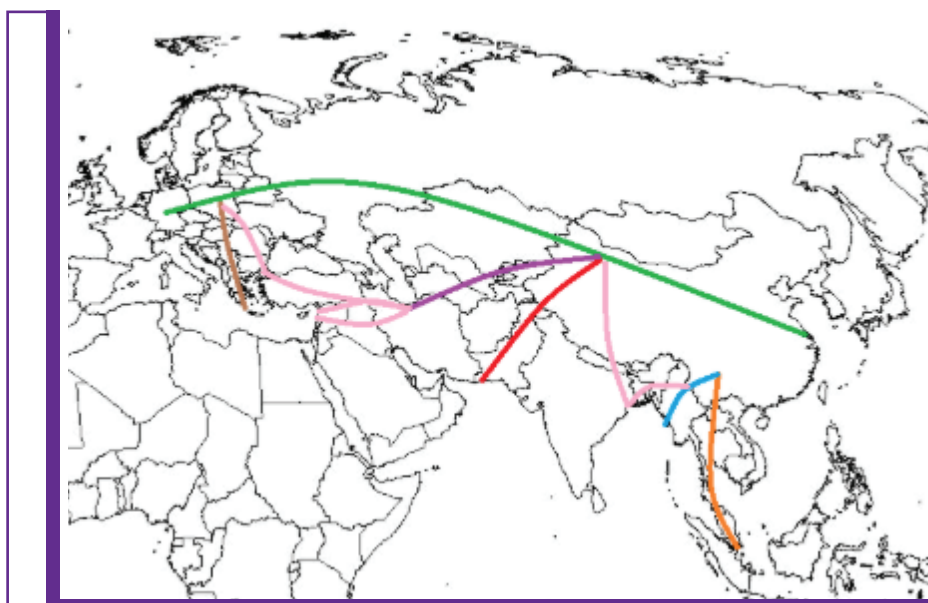
Marcos Cintra - Possui graduação em economia pela Harvard College, mestrado e metrado em planejamento regional na mesma universidade. Atualmente é professor titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas. Já foi Secretário de Planejamento do Município de São Paulo, vereador e deputado federal, com experiência na área econômica, com ênfase em política tributária

Anexo

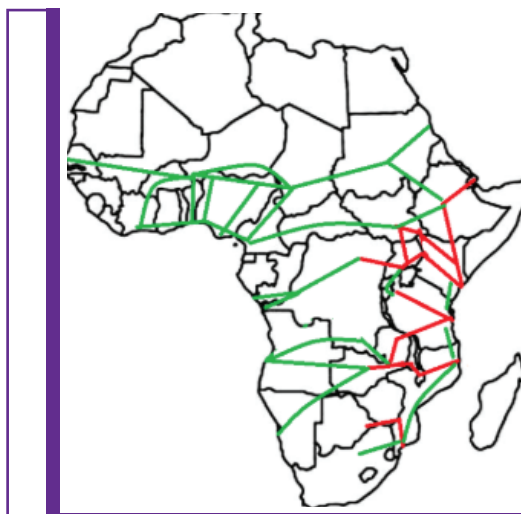
02

RODA DA SEDA

Para compreender o quão mundial é a competição entre os EUA e a China, é necessário conhecer todos os corredores de conectividade existentes, planejados e prospectivos, nos três mapas abaixo que destacam as várias Rotas da Seda na Eurásia, África e América Latina:



No mapa acima são demarcadas a) a Ponte Eurasiana (verde); b) a Rota da Seda dos Balcãs (marrom); c) a Transcentral Assian Silk Road (roxo); d) a CPEC (vermelho); e) o Corredor Econômico-energético China-Mianmar (azul); f) a ASEAN Silk Road (laranja); g) os projetos / interconectores prospectivos Corredor Econômico BCIM (rosa).



¹.Quanto a projetos prospectivos, de norte a sul, estes são: Rota da Seda Saara-Saheliana, Corredor CCS (Camarões-Chade-Sudão); Estradas de seda da Nigéria; Corredor intermodal inter-Congo; Caminho-de-ferro de Benguela / Corredor Noroeste para Angola; Walvis Bay Corridor; Corredor da Área de Comércio Livre Tripartida (África do Sul ao Sudão, seguindo o Oleoduto da Renascença Africana entre Moçambique e a África do Sul, com interligações adicionais entre os projetos existentes no norte).

No mapa da África encontram-se linhas vermelhas de rotas já anunciadas e/ou construídas, e verdes, ainda em prospecção. De norte a sul, as estradas da seda existentes ou planejadas são: Jibuti-Addis Ababa Rota da Seda (Rota da Seda da Etiópia); Corredor Econômico LAPSSET; Ferrovia de bitola padrão; Corredor Central; TAZARA; Corredor de Nacala; Ferrovia Ponta Techobanine¹.



Finalmente, existem duas Rotas da Seda de importância nas Américas: o Canal da Nicarágua e a Ferrovia Transoceânica (TORR) entre Brasil-Bolívia-Peru.

Os três mapas apresentados localizam os países de trânsito mais geoestratégicos e as comunidades de identidade ao longo das Novas Rotas da Seda, que, consequentemente, “devem se tornar futuros campos de batalha das Guerras Híbridas”. Veja como é o mundo com apenas essas entidades destacadas:



Os processos globais recentes indicam tendências abrangentes em cada um dos três teatros do Silk Road (Eurásia, África e América Latina). São elas:

EURÁSIA

Tendência	Situação
Interferência indiana	Membro do BRICS original e da SCO Shanghai Cooperation Organisation, a Índia foi preparada para se tornar o "contrapeso" preferido da China, para ser capaz no futuro de criar problemas suficientes para as Novas Rotas da Seda e da integração Multipolar.
Integração Acelerada da ASEAN	A Associação das Nações do Sudeste Asiático continuará a aprofundar a cooperação multilateral dos Estados membros na Comunidade Econômica da ASEAN (AEC) e a incipiente coordenação militar/antiterrorista trilateral entre Filipinas, Malásia e Indonésia.
Oriente Médio sob nova administração	A cooperação tripartite entre Rússia, Irã e Turquia está mudando o Oriente Médio, assim como a aproximação da Rússia com a Arábia Saudita e seus laços com Israel.

ÁFRICA

Tendência	Situação
Ascensão dos Blocos Regionais	Várias organizações como a CEDEAO, a SADC, a IGAD e a EAC estão a consolidar as suas capacidades e a integrar firmemente as suas instituições, o que permite falar de um Regionalismo Africano.
Reversão Costeira	O futuro poderá ver a Costa Leste Africana se tornar o centro do foco em razão da crescente rivalidade entre chineses e indianos sobre esses estados adjacentes ao Oceano Índico.
Triângulo de Desestabilização	A Nigéria na África Ocidental, a Etiópia em sua metade oriental e a RD Congo em sua Central Heartland estão prontas para passar por uma significativa agitação da Guerra Híbrida em um futuro próximo, sendo que o pior cenário é que este Triângulo de Desestabilização crie um buraco negro de caos impedindo a integração intercontinental da África via Rotas da Seda o que impediria o avanço do "Sonho Africano".



AMÉRICA LATINA

Tendência	Situação
Operação Condor 2.0	Segundo o autor, a Operação Condor 2.0 está em vigor desde 2009, com o conceito de que os EUA reformularam seu kit de ferramentas de mudança de regimes da época da Antiga Guerra Fria na América Latina para provocar a queda da ALBA e Mercosul na Nova Guerra Fria, desta vez contra a China.
Aliança do Pacífico + Mercosul = Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	A motivação para a Operação Condor 2.0 é que os EUA querem ver a integração dos blocos comerciais rivais da Aliança do Pacífico e do Mercosul em uma estrutura econômica unificada que poderia, a partir de então, formar a base para a tão desejada Área de Livre Comércio das Américas.
Fortaleza Américas	O grande objetivo estratégico que os EUA estão perseguindo na América Latina é fortalecer a massa de terra sob seu domínio Unipolar completo, a fim de criar um "reduto" hemisférico no qual seja possível "recuar" (seja por derrota ou por retração tática) se os planos para militarizar o "Choque de Civilizações" e suas Guerras Híbridas relacionadas tenham sucesso em semear um caos incontrolável do outro lado do mundo.

